

# A IMPORTÂNCIA DO TUTOR PRESENCIAL NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Simone Lopes Smiderle Alves<sup>1</sup> - Universidade Federal do Espírito Santo/ Prefeitura Municipal  
da Serra, [simonesmiderle@gmail.com](mailto:simonesmiderle@gmail.com)

Marcos Sales Bezerra<sup>2</sup> - Universidade Federal do Espírito Santo, [mbezerra.adm@gmail.com](mailto:mbezerra.adm@gmail.com)

## RESUMO

*A hipótese analisada nesse artigo considerou as nuances históricas do ensino, bem como os marcos legais alcançados por leis, decretos para efetivação da Educação à Distância (EaD) no cenário brasileiro, com vistas a almejar uma democratização e acessibilidade nos cursos de EaD. Assim, o objeto de estudo contemplou dois relatos de experiências vivenciadas por tutores presenciais de cursos de pós-graduação Lato Sensu distintos ofertado no polo UAB Vitória, destacando o trabalho in loco do tutor presencial, sinalizando as discussões e desafios para acessibilidade dos cursos de EaD, refletindo sobre as políticas educacionais. O artigo discute a importância do Tutor presencial no ambiente físico que se presentifica nos campos virtual x presencial, visto que o ensino EaD é uma modalidade que vem crescendo verticalmente no Brasil.*

**Palavras-chave:** Tutor presencial, Educação à Distância, Políticas educacionais, Acessibilidade nos cursos de EaD.

## 1. INTRODUÇÃO

A formação continuada em oferta sob cursos de especialização à distância, por instituições de Ensino Superior (IES) em suas diversas áreas de formação torna-se uma realidade mais frequente, sobretudo para os alunos que já se encontram inseridos no mercado de trabalho. As mudanças ocorridas na sociedade moderna

---

<sup>1</sup> Bolsista: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

<sup>2</sup> Bolsista: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

demandam que o sistema educacional avance indo ao encontro com tais realidades, tendo em tempos atuais os modelos educacionais um novo desafio, a Educação à distância (EaD).

É em seus marcos legais que a EaD se embasa tendo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 80 alicerces iniciais. Com este artigo o Estado estabelece o incentivo ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis de modalidades de ensino e níveis educacionais. Em 2005, o art. 80 da LDB é regulamentado pelo Decreto Nº 5.622 que estabelecerá normas para a oferta da EaD em todas as modalidades de ensino, assim como, atribuições de competências institucionais. O documento inclui orientações na mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem sobretudo, quando estes utilizam-se de meios de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), ademais é importante ressaltar que a EaD não se perpassa somente com a inserção das TIC's tendo no modelo presencial e advindo de demandas globais uma outra maneira de se pensar a democratização e acessibilidade da educação.

No Brasil em 2006, correspondendo uma vasta demanda por cursos EaD principalmente na educação superior, o Estado institui a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), através do Decreto Nº 5.800 de 8 de junho, voltado para o desenvolvimento da modalidade de EaD, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. O Decreto além de sua importância contingencial estabelece objetivos específicos para o Sistema UAB, entre eles, dois nos aprofunda citar referindo-se (a) formação inicial e continuada de professores e (b) fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância.

No breve histórico descrito acima destacamos vários atores que atuam na EaD, entre eles, os tutores que compõem o quadro para a operacionalização do Sistema UAB. Esses tutores, em sua grande maioria, não possuem vínculo com as IES, sendo selecionados por processo de seleção pública em edital específico. Conforme Projeto Pedagógico de Curso (PPC), ofertado por cada instituição corresponde à

necessidade de atuação do tutor a distância e/ou tutor presencial. É neste último que nos debruçaremos mais análise. Dentro deste trabalho nos propomos a realizar relatos de experiências a partir das nuances encontradas nestas atividades, desenvolvidas como tutores presenciais nos cursos de especialização *Lato Sensu* em Gestão Pública – UFES/SEAD e especialização *Lato Sensu* em Mídias na Educação – UFOP/CEAD, ambos ofertados pelo Polo Vitória/ES vinculados ao Sistema UAB. Deste modo, tentaremos neste trabalho alçar reflexões sobre perspectivas de políticas educacionais, currículos e acessibilidade que correspondam para a atuação *in loco* do tutor presencial com base em discussão teórica e relatos de experiências. O trabalho tem o objetivo de refletir sobre a função do tutor presencial, partindo de provocações que promovam alguns questionamentos básicos: De que forma se constitui a função do tutor presencial no curso à distância? Que características e elementos são utilizados pelos tutores presenciais em suas diversas dimensões para o alcance institucionais do curso? Que elementos de acessibilidade são instituídos por estes cursos percebidos pelos tutores presenciais? Deste modo, pretende-se refletir sobre a importância do tutor presencial em cursos de pós-graduação *Lato Sensu* oferecido na modalidade à distância.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Refletindo sobre Políticas Educacionais, Currículo e Acessibilidade nos cursos de EaD.

De acordo com o Decreto Nº 9.057 de maio de 2017, sinalizamos que o art.1, traz elementos importantes para os diálogos iniciais com a EaD, pois está é uma modalidade que vem crescendo verticalmente no cenário brasileiro. Citamos:

Art. 1º Para os fins deste Decreto considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades

educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (DECRETO Nº 9.057/2017).

Em face ao dado apresentado, Moran (2002) já havia definido a EaD enquanto processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporariamente. Apesar de não estarem juntos, de maneira presencial, eles podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Muito embora pode ser utilizado do correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Para Gonzáles (2005) a EaD é caracterizada como uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a setores ou grupos da população que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos educacionais. Por certo o governo federal tem investido nos últimos anos recursos no que tange o aumento no acesso às TIC's no âmbito da Escola Pública, da EaD.

Entender que a EaD se alicerça nos moldes da educação presencial é trazer consigo discussões e desafios que estão presentes nesta modalidade, como a acessibilidade. O acesso à educação é para todos, e na EaD não seria diferente, a LDB em seu Capítulo V art. 58 assegura o acesso preferencialmente, na rede regular de ensino, a serem garantidos aos educandos com deficiência. Nesse sentido, para alcançar tais objetivos o Ministério da Educação (MEC), estabelece critérios norteadores que devem conter as IES que desejam ofertar cursos na educação superior, a Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)<sup>3</sup>. Nesta avaliação o MEC inclui os cursos EaD, devendo cumprir, rigorosamente, Diretrizes Curriculares para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e à distância.

---

<sup>3</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumentos de avaliação institucional externa: presencial e à distância.** Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_institucional/instrumentos/2017/IES\\_credenciamento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf)>. Acesso em: maio. 2018.

Este processo é composto por algumas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco* abrangendo cinco eixos. O eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) possui peso 10, enquanto o eixo 2 (Desenvolvimento institucional) tem peso 30; cada um dos três eixos restantes (3- Políticas acadêmicas, 4- Políticas de gestão e 5- Infraestrutura) possui peso 20. Nota-se que nesse último eixo citado, Infraestrutura, temos como peso 20, ou seja, o MEC sinaliza a questão da acessibilidade que estas IES devem possuir para receber seus alunos, ou seja, no caso da EaD a estrutura de seus Pólos de Apoio Presencial de ambientes como: banheiros, sala de informática, instalações sanitárias, sala de tutoria, entre outros.

### **3. RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS TUTORES PRESENCIAIS NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO POLO UAB VITÓRIA/ES**

#### **3.1 Atuação da tutora presencial no curso Mídias na Educação**

O curso de Especialização em Mídias na Educação ofertado pela Universidade Federal do Ouro Preto (UFOP) é uma proposta que se caracteriza pela integração das diferentes mídias ao processo de Ensino e Aprendizagem e obedece a legislação regulatória de cursos de especialização à distância do país. Pois de acordo com as legislações em vigor sob as regulamentações em vigência atendendo ao art. 80 da LDB Nº 9.394/96, Decreto Nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, Decreto Nº 2.561 de 27 de abril de 1998 e Portaria do MEC Nº 301 de 7 de abril de 1998.

O currículo do Curso de Especialização em Mídias na Educação tem como eixo norteador o uso de diversos recursos de apoio à aprendizagem e à autoria nas diferentes mídias. Está estruturado em oito disciplinas sequenciais, sendo ofertada pela plataforma Moodle, relacionando conhecimentos e atividades a uma mídia e/ou sua aplicação contextualizada, utilizando videoconferência, materiais didáticos e ferramentas de interação online.

O trabalho *in loco* do tutor presencial neste curso é prioritariamente a mediação da comunicação de conteúdos e informação entre professores e cursistas, em seguida vem o acompanhamento e monitoramento dos discentes no desenvolvimento das

atividades conforme disponibilidade do cronograma do curso; mantendo contato constante com os alunos; acessando regularmente a plataforma, respondendo às solicitações no prazo máximo de 24 horas aos alunos; fomentando a interatividade no ambiente virtual de aprendizagem (AVA); promovendo a autonomia dos alunos no período de orientação; ajudando os mesmos no desenvolvimento das atividades individualizadas ou grupais, elucidando dúvidas em relação a conteúdos específicos; realizando relatórios quando necessário; mantendo vínculo com as coordenações (de curso, tutores e pólo) com relação às demandas do sistema de comunicação.

Em conformidade com Santos (2009), o trabalho de tutoria constitui-se em de fundamental importância para o desenvolvimento da EaD, logo, se faz necessário uma contínua autorreflexão no sentido de verificar se os objetivos propostos estão sendo efetivados ou necessitam ser revistos.

Corroborando nesta premissa Barnio (2011), sinaliza que o papel do tutor presencial é de assistir ou ajudar o aluno, individualmente e coletivamente, por meio interativo eletrônico, tele-sala durante a tele-aula ou teleconferência, nas atividades supervisionadas.

O curso tem duração de 18 meses (360 horas), sinalizamos que os encontros presenciais obrigatórios neste curso são distribuídos da seguinte forma: dois encontros presenciais obrigatórios na UFOP em Ouro Preto – MG (aula inaugural e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso) dois encontros no pólo de apoio presencial para realização da Avaliação Presencial do 1º e 2º Bloco de disciplinas que ocorreram em setembro de 2017 e abril de 2018, sendo facultativa a presença do cursista ao pólo.

Destacamos que as atribuições do tutor presencial neste curso contemplam também: correção de atividades virtuais e envio das notas para o tutor à distância; participação de reuniões agendadas com a coordenação de tutores; auxílio juntamente com os Tutores à Distância na gestão acadêmica da turma, informando aos cursistas, via plataforma Moodle, os conteúdos a serem estudados, as atividades a serem realizadas, os prazos de postagem, pontuação e os critérios de correção das mesmas; oportunizando assistência presencial e à distância aos

alunos, disponibilizando horários de atendimento no pólo de apoio presencial; consulta com relação à frequência, acesso dos alunos, à plataforma Moodle e, em caso de ausência por mais de 7 (sete) dias consecutivos, estabelecer contato via email e/ou telefone para identificar as possíveis dificuldades de acesso, orientando-os quanto aos procedimentos para solicitação de tratamento especial (em caso de doença), de modo a estimular os cursistas a retomarem suas atividades acadêmicas.

O trabalho *in loco* do tutor presencial neste curso é prioritariamente a mediação da comunicação de conteúdos e informação entre professores e alunos, em seguida o acompanhamento e monitoramento dos alunos no desenvolvimento das atividades via plataforma conforme disponibilidade do cronograma do curso; o acesso regular a plataforma, responder às solicitações no prazo máximo de 24 horas aos alunos; interagir no ambiente virtual de aprendizagem (AVA); promover a autonomia dos alunos no período de orientação; ajudar os alunos no desenvolvimento das atividades individualizadas ou grupais, elucidar dúvidas em relação a conteúdo específicos; realizar relatórios quando necessário; manter vínculo com os diferentes interlocutores.

Em conformidade com Santos (2003) o trabalho de tutoria constitui-se de fundamental importância para o desenvolvimento da EaD, logo, se faz necessário uma contínua autorreflexão no sentido de verificar se os objetivos propostos estão sendo efetivados ou necessitam ser revistos. Corroborando nesta premissa Salvat (2005), sinaliza que o papel do tutor presencial é de assistir ou ajudar o aluno, individualmente e coletivamente, por meio interativo eletrônico, tele-sala durante a tele-aula ou teleconferência, nas atividades supervisionadas.

No curso de Mídias na Educação a função do tutor presencial fundamenta-se na postura metodológica de orientar, contribuir na reflexão a fim de buscar respostas de novos conceitos acerca dos conteúdos em estudo, ou seja, o tutor presencial possui uma relação direta com o aluno, auxiliando no manuseio e na aproximação dos conteúdos, pois muitas vezes o aluno de EaD não administra seu tempo adequadamente e deixa acumular as atividades. Portanto, inferimos a importância da potencialização da função do tutor presencial, pois este assume um papel



importante na EaD, age como intérprete do curso, mediando permanentemente o ensino-aprendizagem.

Deste modo, nossa função permeia na orientação, ajuda nos esclarecimentos das dúvidas, incentivando, estimulando e acompanhando de perto o processo de aprendizado do cursista, ou seja, o tutor presencial possui uma relação direta com o aluno, auxiliando no manuseio e na aproximação dos conteúdos, pois muitas vezes o estudante de EaD não administra seu tempo adequadamente e deixa acumular suas atividades. Portanto, inferimos a importância da potencialização da função do tutor presencial, pois este assume um papel importante na EaD, age como intérprete do curso, mediando permanentemente o ensino-aprendizagem.

### **3.2 Atuação do tutor presencial no curso de Gestão Pública**

O curso de especialização em Gestão Pública (GP) é um curso ofertado pela Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES, de natureza semi-presencial, implementado no ano de 2017 pela primeira vez no Polo UAB Vitória ES. Para o primeiro ano do curso foram ofertadas 300 vagas dividida em 6 grupos de acordo com os Pólos (Vitória, Vila Velha, Piúma, São Mateus, Alegre e Santa Teresa). Para o Polo Vitória inicialmente as 50 vagas ofertadas eram destinadas exclusivamente para servidores técnicos-administrativos da UFES, lotados em Vitória, entretanto devido algumas desistências iniciais essas vagas foram ocupadas por servidores de outros órgãos.

O curso GP-UFES, caracteriza-se como um curso cujo os objetivos pretendem levar ao aluno o desenvolvimento de competências e habilidades com dimensões para a Administração Pública, em níveis distintos, seja estratégicos a nível macro (governo) e micro (unidades organizacionais). O curso para corresponder a estes objetivos insere como requisito básico para a seleção dos tutores a formação superior em Administração ou graduação em qualquer área com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Administração.



Para a estruturação do curso GP-UFES, foram pensados a atuação de dois tutores, sendo o “tutor à distância” e o “tutor presencial”. As atribuições de cada um são bem distintas. Enquanto o tutor EaD atua mediando o contato via plataforma com os alunos, o tutor presencial, realiza este contato nos encontros presenciais no Pólo. É importante lembrar que ambos os tutores devem possuir certas qualidades para o desenvolvimento de suas atividades. “O tutor é sempre alguém que possui duas características essenciais: domínio do conteúdo técnico-científico e, ao mesmo tempo, habilidade para estimular a busca de resposta pelo participante” (EMERENCIANO; SOUSA; FREITAS, 2001, p.7)

Pensar num curso que possui tal missão, objetivos tão específicos a serem alcançados, infere-se num perfil de tutor que diferente do que posto teoricamente, com vistas a conceber estas metas. Há, no entanto, uma errônea interpretação em se pensar que tais sujeitos que desempenham a função de tutores, em especial o presencial, realizam tarefas meramente administrativas. A exemplo, podemos citar no curso GP-UFES, a dificuldade dos alunos em realizar determinadas tarefas propostas na plataforma AVA, a princípio, identificada pelo tutor presencial, nos encontros presenciais, como complexas, por dois aspectos: primeiro, pelo fato dos conteúdos teóricos abordados, para muitos serem inéditos, e segundo, na medida em que, majoritariamente este curso tem alunos com faixa etária entre 30-45 anos, ou seja, um público que se depara com esta modalidade de ensino, a EaD, pela primeira vez.

Nessa relação, as dificuldades encontradas a princípio na plataforma AVA foram sinalizadas pelos alunos no decorrer dos primeiros encontros presenciais. Após esta demanda por fomento do tutor presencial houve a necessidade de a coordenação propor mudanças na plataforma AVA, inserindo não somente materiais de leitura, assim como outros instrumentos, sendo: infográficos e *cases organizacionais*. Esta mudança provocou a reflexão que, para este curso, não só o AVA ao suprir os anseios de cada aluno, existe a necessidade dos encontros presenciais. Nesse momento do curso o tutor traz à luz questões abordadas no AVA mediando os debates, e os alunos desenvolvem como é tratado por Vygotsky (1984, pág. 9; 97), de “zona de desenvolvimento proximal” com este contato mais próximo com o tutor

presencial. Diante desse momento indagamos: *Será que todos os sujeitos que estão na EaD conseguem de forma autônoma desempenhar tarefas em caráter não colaborativo?* Os resultados após tais mudanças foram percebidos nos encontros presenciais resultando em tarefas satisfatórias e um ambiente virtual mais dinâmico.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, procuramos descrever, de forma sucinta quais são as funções atribuídas dos tutores presenciais que atuam em cursos de especialização *Lato sensu* semipresencial na EaD, procurando ressaltar ações a partir de relatos de experiência e fundamentação teórica. Na pesquisa consideramos que a função do tutor presencial nos cursos EaD se materializa a partir dos encontros presenciais pelo contato direto com os alunos, sendo que estes encontros se tornam mais interessante se houver a participação do tutor presencial advindo de tarefas para além de um mero executor de tarefas administrativas. Quando falamos em dimensões elencamos que o tutor presencial, como foi posto, deve estar dotado de competências e habilidades que se aproximam dos objetivos institucionais de cada IES assim como do PPC. Nas últimas décadas notamos a emergência que a EaD supre, proporcionando a democratização da educação superior a partir de quesitos como a questão geográfica e social. Nessa ordem cabe ressaltar intervenções necessárias, para além daquelas instituídas como atribuição deste ator, que não estão explícitas em nenhum documento oficial. O tutor presencial aparelhado destes instrumentos se qualifica ainda mais no processo de formação deste aluno. A partir dos relatos de experiências percebemos a intenções de melhoria no processo de acessibilidade com as Pessoas com Deficiências, em vias de infraestrutura impulsionado pelo MEC, entretanto, em via de usabilidade na plataforma Moodle sinalizamos a ausência de recursos para todo e qualquer sujeito independente de suas limitações. Por fim, o processo educacional da EaD se torna uma realidade, atualmente complexa sendo trazida lentamente pelo sistema público cabendo à sociedade promover grandes debates, visando a reestruturação desta rede.

Portanto é relevante destacar que as diversas experiências dos cursos oferecidos a modalidade EaD resultam em melhores experiências a partir dos encontros presenciais, visto que nestes momentos é possível o diálogo reflexivo por meio das narrativas junto ao tutor presencial e os demais interlocutores. Por certo, nos cursos EaD semipresencial o virtual se constitui no presencial um complementando o outro. O que contribui para a qualidade de um curso EaD é a capacidade do tutor presencial reunir modos de compreender o aluno e intervir nesse momento do encontro presencial fomentando novas construções de valores despadronizando o olhar universal que possa ser pré-caracterizado a todos que estão inseridos na EaD destacando também o importante papel das TIC's de maneira singular e sua interação com estes alunos.

## 5. REFERÊNCIA

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. DECRETO N.º 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf> Acesso em 17 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5800-8-junho-2006-543167-norma-pe.html> >. Acesso em 17 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 . Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm) . Acesso em 17 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Poder Legislativo. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, n. 147. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/dialogo-2738.pdf> . Acesso em: 17 de abril de 2018.

Documento normatizador da Universidade Federal de Ouro Preto sobre orientações gerais para tutores presenciais e a distância. Disponível em <

<http://www.cead.ufop.br/index.php/pos-graduacao/midias-na-educacao> >. Acesso em 25 de abril de 2018.

EMERENCIANO, M. do S. J.; SOUZA, C. A. L. de; FREITAS, L. G. de. Ser Presença como Educador, Professor e Tutor. Colabora, Curitiba, v.1, 257 n.1, p. 4-11, agosto de 2001. Disponível em: <<http://gemini.ricesu.com.br/colabora/n1/index1.htm> >. Acesso em: 20 abr. 2018.

GONZALEZ, Mathias. Fundamentos da tutoria em educação a distância. São Paulo: Avercamp, 2005.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 21 abril de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DISTÂNCIA (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/referenciaisqualidadeead.pdf>>. Acesso em: Maio. 2018.

SANTOS, Edméa Oliveira. Articulação de saberes na EAD online. In: SILVA, Marcos (org). Educação online. São Paulo: Loyola, 2003. pp. 217-230.

SANTOS, E. Educação online para além da EaD: um fenômeno da cibercultura. In.: ACTAS DO X CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/Xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>. Acesso em: 23.abr.2018.

SALVAT, B. G.; QUIROZ, J. S. La formación del profesorado como docente em los espacios virtuales de aprendizaje. **Revista Iberoamericana de Educación** – versão digital n. 36-1, 25/01/2005. Disponível em: <[http://www.rieoie.org/boletin36\\_1.htm](http://www.rieoie.org/boletin36_1.htm)>. Acesso em: abril. 2018.

SOUZA, C. A. et al. **Tutoria na educação a distância**, 2004. Disponível em: <<http://abed.org.br/congresso2004/por/htm/088-TC-C2.htm> >. Acesso em: Abril. 2018.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984